

## **PREDIN: Governo não reconhece pobreza generalizada como causa do extremismo violento e diz que exclusão política é uma percepção entre jovens**

- Afinal, a mudança de nome da Estratégia de Resiliência e Desenvolvimento Integrado do Norte (ERDIN) para Programa de Resiliência e Desenvolvimento Integrado do Norte (PREDIN) não foi a única alteração operada no documento aprovado pelo Conselho de Ministros na sessão ordinária de 21 de Junho de 2022. Ao contrário da ERDIN, o PREDIN já não reconhece a pobreza generalizada, a exclusão política e socioeconómica, as desigualdades sociais, a expropriação de terras e a frustração de expectativas sociais em relação à exploração de recursos naturais como sendo as principais causas do extremismo violento em Cabo Delgado.





A versão aprovada pelo Conselho de Ministros faz notar que os factores internos do conflito “incluem fenómenos de desigualdades socioeconómicas e de expectativas relacionadas com a exploração de recursos naturais, sobretudo entre a juventude local. Isto vem adicionar-se a factores de percepção de exclusão política, de participação limitada e de poucas oportunidades económicas, afectando em particular os jovens. Há uma percepção entre os jovens de que lhes falta a oportunidade de participar na tomada de decisões a nível comunitário, distrital e provincial de uma forma efectiva”.

No PREDIN, factores como exclusão política, participação limitada na tomada de decisões e poucas oportunidades económicas não passam de “percepções entre os jovens” de Cabo Delgado. Mas a versão submetida à aprovação do Governo apontava claramente para a exclusão de jovens como um dos maiores problemas em Cabo Delgado: “A juventude, em particular, sente-se em constante estado de espera. Há um padrão de exclusão dos jovens na consulta e tomada de decisões a diferentes níveis. Os jovens são frequentemente excluídos das funções decisórias, para além de terem um espaço limitado para se envolverem e participarem a nível comunitário, distrital e provincial”<sup>1</sup>.

Na verdade, o Governo demorou mais de seis meses para aprovar o actual PREDIN porque a primeira versão do documento admitia que o extremismo violento em Cabo Delgado tinha causas internas, uma posição que contraria a narrativa oficial segundo a qual o conflito tem causas exclusivamente externas<sup>2</sup>. Aliás, o PREDIN aponta para factores exógenos como estando na origem da violência armada em Cabo Delgado, nomeadamente “o terrorismo e ligações com células extremistas da África Oriental e a confluência de diversos interesses económicos no Canal de Moçambique, relacionados não só com o controlo de um corredor energético, mas também de rotas ilegais de droga, pedras preciosas, madeira e marfim, incluindo de redes de comércio ilícito que já operavam na região antes do conflito”.

Uma narrativa que ignora o que as estatísticas dizem sobre o norte de Moçambique. As províncias do Niassa, Cabo Delgado e Nampula, que no conjunto constituem a região onde o PREDIN será implementado ao longo dos próximos cinco anos, têm uma população de mais de 13 milhões de habitantes, equivalente a 43% da população de Moçambique. Estas províncias possuem um nível mais elevado de pobreza quando comparada com as regiões centro e sul do país. Niassa e Nampula apresentam índices de prevalência



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

## Estratégia de Resiliência e Desenvolvimento Integrado do Norte de Moçambique



Novembro de 2021

<sup>1</sup> <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2022/06/Finalmente%20-%20A6-Governo-aprova-Programa-de-Resili%C3%82ncia-e-Desenvolvimento-Integrado-do-Norte.pdf>

<sup>2</sup> <https://cddmoz.org/estrategia-de-resiliencia-e-desenvolvimento-integrado-do-norte-vai-custar-25-bilhoes-de-dolares-2/>



de pobreza na ordem dos 67% e 65%, respectivamente, e Cabo Delgado 50%, de acordo com dados do Inquérito sobre Orçamento Familiar de 2014/2015<sup>3</sup>.

Entretanto, o Governo reconhece, no PREDIN, a importância do diálogo para a resolução do conflito, bem como o papel da sociedade civil na abertura do espaço cívico para permitir manifestações pacíficas e liberdade de expressão. “Além dos factores subjacentes à violência ar-

mada, existem os factores de resiliência a serem reforçados na implementação do PREDIN. Estes incluem uma actuação moderada de líderes religiosos, e a mediação, particularmente relevante para fazer face ao extremismo violento, as oportunidades criadas pela sociedade civil para criar espaços cívicos que permitam a manifestação pacífica, a defesa de interesses e a liberdade de expressão”.

O orçamento do PREDIN é de 2,4 mil milhões

de dólares. É com este dinheiro que o Governo, com o apoio do Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento, União Europeia e Nações Unidas, irá financiar as actividades e acções previstas nos três pilares de intervenção do PREDIN, designadamente “Restabelecimento e consolidação da paz e segurança”; “Boa governação e incremento do espaço cívico”; e “Recuperação, reconstrução e desenvolvimento socioeconómico e resiliência”.

## As prioridades dos pilares de intervenção do PREDIN

O foco do primeiro pilar - “Restabelecimento e consolidação da paz e segurança” - está no fortalecimento da resiliência das comunidades afectadas por conflitos, especialmente as famílias mais vulneráveis entre os grupos de deslocados e de acolhedores. Para o efeito, o PREDIN defende o enfoque na promoção de capacidades para paz, na promoção da reconciliação e coesão social, na garantia do acesso à justiça, no respeito pelos direitos humanos, no fortalecimento da segurança da comunidade e a resiliência, paz e desenvolvimento das comunidades transfronteiriças.


O objectivo é reforçar a coesão social, com destaque para os deslocados e comunidades de acolhimento; desenvolver as capacidades do Estado e comunidades para a consolidação da paz e reconciliação, através do diálogo participativo e de acções que contribuam para a prevenção do extremismo violento e radicalismo. Em relação ao segundo objectivo, há um entendimento segundo o qual o investimento no desenvolvimento de capacidades do Estado e das comunidades para a consolidação da paz e reconciliação, bem como na promoção do diálogo e do alargamento do espaço para manifestação civil pacífica, “é fundamental para a prevenção da radicalização e do extremismo violento, uma vez que os jovens, em particular, têm plataformas e oportunidades limitadas para veicular as suas necessidades e opiniões, o que contribui para a percepção de alienação”.

Apoiar o acesso efectivo e inclusivo à justiça e segurança é crucial para fomentar a inclusão, legitimidade do Estado e dar resposta às causas subjacentes da violência armada, pois fomenta a resolução pacífica de conflitos, bem como aumenta a confiança no Estado. “Isto deve ainda ser acompanhado de mecanismos que assegurem a promoção do respeito pelos direitos humanos e que permitam a correcção efectiva em casos de

violação. O investimento nas capacidades das forças de segurança na área dos direitos humanos e a expansão do policiamento comunitário irão reforçar a coesão social, o

diálogo entre as comunidades e o Estado e a segurança das comunidades”.

O Governo aposta numa abordagem de cooperação para resolver os problemas re-



**REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE**  
**CONSELHO DE MINISTROS**

Resolução n.º /2022  
de de

Tornando-se necessário aprovar o Programa de Resiliência e Desenvolvimento Integrado do Norte de Moçambique, ao abrigo do disposto na al. f) do n.º 1 do artigo 203 da Constituição, o Conselho de Ministros determina:

**Artigo 1.** É aprovado Programa de Resiliência e Desenvolvimento Integrado do Norte de Moçambique, em anexo, que é parte integrante da presente Resolução.

**Artigo 2.** Compete aos Ministros que superintendem as áreas da Economia, Finanças e Desenvolvimento Rural aprovar a normas complementares e os procedimentos necessários à implementação do Programa de Resiliência e Desenvolvimento Integrado do Norte de Moçambique.

**Artigo 3.** A presente Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Aprovado pelo Conselho de Ministros, aos de de 2022.

Publique-se.

O Primeiro-Ministro, Adriano Afonso Maleiane

<sup>3</sup> <https://cddmoz.org/governo-arquivou-a-estrategia-de-resiliencia-e-desenvolvimento-do-norte-2/>

gistados nas fronteiras do norte, principal porta de entrada de militantes e apoiantes estrangeiros do extremismo violento. O Executivo reconhece que os laços históricos das comunidades fronteiriças antecedem às fronteiras nacionais. Estes laços, associados à fraca integração no desenvolvimento nacional, resultam em um isolamento destas comunidades. A sua resiliência é mais baseada nas relações transfronteiriças do que na integração em Moçambique. A porosidade das fronteiras contribui para actividades ilícitas e insegurança. “A cooperação transfronteiriça deve, portanto, promover a cidadania e o comércio, diminuindo assim o isolamento destas comunidades e, ao mesmo tempo, contribuir para fronteiras mais seguras”.

O primeiro pilar visa igualmente evitar a eclosão de conflitos secundários entre as comunidades deslocadas e as de acolhimento, uma vez que vivem em permanente tensão. O PREDIN reconhece que o conflito teve consequências devastadoras na vida e nos meios de subsistência da população das províncias do norte de Moçambique, gerando deslocamento da população – principalmente para centros urbanos. Este deslocamento provoca pressão na provisão de serviços, gerando tensões adicionais entre os deslocados e as comunidades de acolhimento. “É, portanto, fundamental que se reforce a coesão social entre os diferentes grupos, assegurando uma pronta resposta às necessidades imediatas destes grupos, de forma a diminuir as tensões crescentes e prevenir conflitos secundários”.

O segundo pilar - “Boa governação e incremento do espaço cívico” - visa o fortalecimento da autoridade do Estado, através da promoção de governação inclusiva e acesso

a serviços básicos, ao mesmo tempo dando apoio ao desenvolvimento habitacional e gestão de terras e recursos naturais, em reconhecimento do impacto que a limitada provisão de serviços públicos tem na presença do Estado e nas percepções de exclusão e marginalização, que são factores subjacentes do conflito.

Os objectivos deste pilar incluem o reforço da governação inclusiva, com foco na participação cidadã, combate à corrupção, e redistribuição e transparência fiscal. O Governo reconhece que a existência de mecanismos limitados de participação e inclusão na governação, falta de clareza quanto às competências e responsabilidades dos diferentes órgãos de governação e inconsistência na redistribuição e uso de recursos a nível local não são favoráveis ao fortalecimento da confiança entre o cidadão e o Estado. Por isso, defende a necessidade de fortalecimento da participação, inclusão e transparência no uso de recursos fiscais, de forma a reforçar a relação de confiança, bem como assegurar que os recursos públicos são usados em consonância com as prioridades e necessidades locais.

O terceiro objectivo do segundo pilar visa promover a habitação social. Na verdade, o extremismo violento acelerou a migração no norte de Moçambique, contribuindo para o surgimento de assentamentos informais e não planeados, bem como de um défice de infra-estruturas e habitações adequadas, distorções do mercado imobiliário. Esta situação concorreu para o aumento da vulnerabilidade das comunidades, em particular das populações deslocadas, como também para a deterioração da já baixa coesão social.

“Estas pressões devem ser aliviadas através de apoio à habitação social, particularmente para jovens”, lê-se no PREDIN.

“Recuperação, reconstrução e desenvolvimento socioeconómico e resiliência” é terceiro pilar do PREDIN, cujo foco é assegurar a recuperação das infra-estruturas sociais e económicas destruídas pelos extremistas violentos e potenciar a actividade económica e a capacidade produtiva, especialmente das populações afectadas pela violência armada, enquanto motor de recuperação e crescimento, reconhecendo que o crescimento económico é essencial ao desenvolvimento. “A recuperação económica exige que o sector privado, o comércio e as actividades financeiras se recuperem, e requer intervenções tanto no sector formal quanto no sector informal para apoiar o desenvolvimento de cadeias de valor, o empreendedorismo jovem, e esquemas de promoção de emprego com foco nas mulheres e juventude”.

Como objectivos do terceiro pilar, o PREDIN destaca a necessidade de assegurar o acesso inclusivo e justo a serviços públicos; Apoio à recuperação dos danos gerados pelo conflito nos meios de subsistência, especialmente nos sectores agrário, pesca e silvicultura; Fortalecer a contribuição das actividades extractivas à integração socioeconómica da população de Niassa, Cabo Delgado e Nam-pula, e promover sustentabilidade; Promover a recuperação económica, através de apoio ao sector privado, incluindo a indústria do turismo, e recuperação e manutenção de infra-estrutura essencial; Contribuir para a inclusão económica, através de melhor acesso a serviços financeiros e desenvolvimento de capacidades.



**INFORMAÇÃO EDITORIAL:**

**Propriedade:** CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento  
**Director:** Prof. Adriano Nuvunga  
**Editor:** Emídio Beula  
**Autor:** Emídio Beula  
**Equipa Técnica:** Emídio Beula, Dimas Sinoa, Américo Maluana  
**Layout:** CDD

**Contacto:**  
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.  
 Telefone: +258 21 085 797

 CDD\_moz  
**E-mail:** info@cddmoz.org  
**Website:** http://www.cddmoz.org

**PARCEIRO PROGRAMÁTICO**

**PARCEIROS DE FINANCIAMENTO**

